

# BANCOS COMUNITÁRIOS E MOEDAS LOCAIS: UMA DEFINIÇÃO GEOGRÁFICA

Carolina Gabriel de Paula\*

150

**Resumo:** Neste novo período as finanças tornam-se uma variável determinante para a compreensão do espaço geográfico. Ao mesmo tempo, surgem novas formas alternativas de organização das finanças que se materializam no espaço geográfico, como os bancos comunitários e as moedas locais (e/ou sociais). Nosso objetivo central neste relato de pesquisa é apresentar este fenômeno recente que se capilariza no território brasileiro. Primeiro abordaremos as características e dinâmicas desses "fixos" e "fluxos" nos lugares e, posteriormente, descreveremos como a pesquisa foi realizada para chegarmos aos resultados obtidos.

**Palavras-chaves:** bancos comunitários, moedas locais, circuito inferior da economia urbana, lugar.

## COMMUNITARIAN BANKS AND LOCAL CURRENCY: A GEOGRAPHIC DEFINITION

**Abstract:** In this new era finances become a decisive variable to the comprehension of geographic space. At the same time there are new alternative forms of finance organization that materialize in the geographic space, such as communitarian banks and local (or social) currencies. Our main goal in this research report is to present this recent phenomenon that branches in Brazilian territory. First we will briefly discuss the characteristics and dynamics of these "fixed" and "flows" and then we will describe how this research was conducted to get the results.

**Key-words:** communitarian banks, local currency, lower circuit of urban economy, place.

## BANQUES COMMUNAUTAIRES ET MONNAIES LOCALES: UNE DÉFINITION GÉOGRAPHIQUE

---

\* Mestra em Geografia Humana pelo Departamento de Pós-graduação em Geografia Humana FFLCH/USP. Email: carolgeousp@gmail.com

**Résumé:** Dans cette nouvelle période, les finances sont devenues une variable déterminante pour la compréhension de l'espace géographique. En même temps, des nouvelles formes alternatives se matérialisent dans l'espace géographique, comme les banques communautaires et les monnaies locales (et/ou sociales). Notre objectif central dans ce rapport de recherche est présenter ce phénomène récent qui se distribuent dans le territoire brésilien. D'abord, nous abordons les caractéristiques et dynamiques de ces "fix" et "flux" dans les lieux et, ensuite, nous décrivons comme la recherche a été réalisée pour arriver aux résultats atteints.

**Mots-clés:** banques communautaires, monnaies locales, circuit inférieur de l'économie urbain, lieu.

## Introdução

O presente relato de pesquisa tem como objetivo mostrar ao leitor os caminhos que foram traçados para compreender um fenômeno recente no território brasileiro e, por hora, novo na Geografia: os bancos comunitários e as moedas locais (e/ou sociais).

Esses novos "fixos" e "fluxos" que se capilarizam pelo território brasileiro fazem parte de um leque de novas formas financeiras, nomeada de finanças solidárias. Morosamente esta temática passa a ser objeto de pesquisas acadêmicas de diversas áreas do conhecimento, incluindo a economia, as ciências sociais e até mesmo a psicologia social. Contudo, até o momento de finalização de nossa pesquisa, a revisão bibliográfica nos mostrou uma lacuna sobre este tema na Geografia, visto não encontrarmos trabalhos e formação de grupos que se debruçassem sobre os bancos comunitários e as moedas locais. Para empreender esta análise recorreremos à noção de "situação geográfica"<sup>1</sup>, já que o estudo dos lugares só ganha concretude quando feito junto do contexto mais amplo do qual necessariamente fazem parte.

---

<sup>1</sup> A ideia de situação geográfica (que ajuda a fundar a geografia humana moderna) foi também trabalhada por Milton Santos ([1996] 2008) e retomada recentemente por M. L. Silveira (1999), e é um recurso metodológico para compreendermos a geografia contemporânea, que segundo a autora "se desponta como uma totalidade" (SILVEIRA, 1999: 21). Assim, a situação geográfica passa a ser um partido de método, que, vinculado à noção de evento, permite a análise de "uma localização material e relacional (sítio e situação), mas vai além porque nos conduz a pergunta pela coisa que inclui o momento de sua construção e seu movimento histórico. (...) A situação decorreria de um conjunto de forças, isto é, de um conjunto de eventos geografizados, porque tornados materialidades e normas. Muda, paralelamente, o valor dos lugares porque muda a situação, criando uma nova geografia" (SILVEIRA, 1999: 22). Entendemos que este conceito contribui para definirmos nosso universo de análise, que vai além da escala formal – as normas do município, por exemplo – abarcando também aspectos substantivos de um cotidiano compartilhado pelas pessoas que vivem nos bairros onde se localizam os bancos comunitários. O conceito de situação geográfica nos possibilita compreender nosso

Em um primeiro momento nos apropriamos sobre o tema através da leitura de uma bibliografia selecionada em outras áreas do conhecimento que nos permitiram nos aproximar deste fenômeno tais como: a economia solidária, o microcrédito e as finanças de proximidade. Posteriormente foi possível delimitar as categorias e os conceitos da geografia que nos auxiliassem na compreensão deste evento que se capilariza cada vez mais por quase<sup>2</sup> todo território vivente. Assim sendo, as categorias fundamentais que permitiram compreender os bancos comunitários e as moedas locais foram o *espaço geográfico* e o *lugar*, já que os bancos comunitários comporiam um "sistema de objetos" que resultaria em um "sistema de ações" (SANTOS, [1996] 2008) nos *lugares* onde são implementados. Durante as idas aos trabalhos de campo e aplicação dos questionários estabelecemos a Teoria dos Circuitos da Economia Urbana (SANTOS, [1975] 2008) como base para entender quem são esses agentes - bancos comunitários e estabelecimentos que fazem uso das moedas locais como forma de pagamento - dentro da economia dos países subdesenvolvidos.

Quanto mais nos aprofundávamos no tema, mais questões eram trazidas à tona e uma em particular nos chamava atenção: como eram criados os bancos comunitários pelo Brasil? Conforme Joaquim de Melo - fundador do primeiro banco comunitário do Brasil (o Banco Palmas-CE) - é característica de um banco comunitário: "O poder decisório que a comunidade deve ter no banco, pois é ela que deve decidir criá-lo, gestá-lo e ser sua propriedade" (grifo nosso) (SEGUNDO, 2009: 2). Portanto ao deparar com o tema e compreender seu funcionamento através da bibliografia nos pareceu, no princípio da pesquisa, que tanto os bancos comunitários como as moedas locais fossem *contra-racionalidade* (SANTOS [1996] 2008).

Contudo, através de pesquisa documental<sup>3</sup> e também em entrevistas com os gestores dos bancos comunitários de São Paulo, víamos que se tratava de uma política pública

---

universo social de análise, visto que a partir da compreensão da existência - estar fora, estar no mundo, e estar no mundo significa situação (SILVEIRA, 2006: 86) - é possível determinar um conjunto de situações concretas no seu respectivo período histórico.

<sup>2</sup> De acordo com a regionalização feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1970, a única Região que não havia nenhum banco comunitário até o momento de nossa pesquisa é a Região Sul.

<sup>3</sup> Edital SENAES/MTE nº03/2010 "Ação de Fomento às Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários" e Edital do SENAES/MTE nº001/2013 "Apoio e Fomento as Iniciativas de Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário"

federal de combate a pobreza em que o Estado foi, neste sentido, o principal "sujeito do evento" (SANTOS, 1996: 146). Para exemplificar, um indício é a intensa capilarização dos bancos comunitários pelo território brasileiro posterior aos Editais lançados pela Secretaria de Economia Solidária (SENAES) para a fundação de bancos comunitários.

Assim sendo, para organizarmos nossa apresentação neste relato de pesquisa dividiremos da seguinte maneira: a primeira parte abordaremos os principais conceitos e categorias trabalhados no entendimento deste fenômeno contemporâneo no Brasil e recente na Geografia; posteriormente nossos esforços serão para mostrar ao leitor a metodologia utilizada para a feitura do levantamento de dados, através de pesquisa documental e trabalho de campo; e por fim faremos algumas considerações sobre os resultados da pesquisa.

### **Bancos Comunitários e Moedas Locais: uma leitura geográfica**

O primeiro passo de nossa pesquisa foi definir e aprofundar teorias, conceitos e abordagens que consideramos pertinentes para compreendermos a financeirização no território brasileiro. Entendemos que esta análise deve incluir as finanças em um contexto mundial, pois os processos que ocorrem no Brasil são sensivelmente influenciados por atores que agem em escalas maiores, externas ao território nacional. Em se tratando de um país semi-periférico (WALLERSTEIN, 1976), a economia brasileira e as relações que ela produz nas cidades são distintas daquelas que ocorrem nos países do centro do sistema-mundo; posto isso, a Teoria dos Circuitos da Economia Urbana proposta por Milton Santos ([1975] 1979), nos permitiu entender de forma sistematizada as dinâmicas que permeiam as cidades brasileiras, nos auxiliando no entendimento das moedas locais e dos bancos comunitários.

Ressaltemos aqui que neste novo período histórico as finanças deixam de ser somente uma "variável determinante" para ocuparem o posto de uma "variável dominante" responsável por influenciar a sociedade (SILVEIRA, 2004: 7). Neste sentido as relações econômicas existentes, incluindo aquelas que se dão na escala do cotidiano, passam

por um instrumento financeiro deste período. Ao pensar que a Geografia é a ciência que se propõe a estudar o espaço geográfico, constituído por um conjunto contraditório e solidário de sistemas de ações indissociáveis de sistemas de objetos (SANTOS, 1994), vemos a pertinência do estudo das finanças por este ramo do conhecimento.

Identificou-se no período atual formas alternativas de organização das finanças que se materializam no espaço geográfico, dentre essas formas as "finanças solidárias". Ainda que este conceito seja recente e não totalmente consolidado entre os autores que se debruçam sobre o tema, parece-nos que a auto-organização dos agentes que participam desta nova forma de organização é uma característica *sui generis* das finanças solidárias, que abrangem um leque de novos nexos financeiros.

De acordo com as principais pesquisas que vêm sendo produzidas sobre os bancos comunitários (SILVA JÚNIOR, 2004; SEGUNDO, 2009; CROCCO E MENEZES, 2009; BRAZ, 2014) tem-se como consenso que esses bancos diferem das demais experiências de microcrédito e caracterizam-se por serem um instrumento de geração de trabalho e renda para a população mais pobre, tendo como objetivo promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda que apresentem baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) através do fomento de redes locais de produção e consumo, apoiado nas premissas da economia solidária (SEGUNDO e MAGALHÃES, 2009: 23; SEGUNDO, 2008: 01). Além disso, são também características específicas dos bancos comunitários:

- I. O poder decisório que a comunidade deve ter no banco, pois é ela que deve decidir criá-lo, gestá-lo e ser sua propriedade;
- II. O banco comunitário deve atuar com duas linhas de crédito: uma em reais e outra em moeda local/social;
- III. As linhas de crédito do banco devem estimular a criação de uma rede local de produção e consumo, capaz de promover o “desenvolvimento endógeno” do lugar;
- IV. O banco deve apoiar empreendimentos como feiras, lojas solidárias, etc.;
- V. O banco comunitário deve atuar especificamente em territórios com alto grau de exclusão e desigualdade social;

VI. Deve voltar-se para um público com alto grau de vulnerabilidade social (principalmente aqueles que são beneficiados pelos programas governamentais de caráter social);

VII. Por fim, o banco deve fundar sua própria sustentabilidade financeira em curto prazo. (SEGUNDO, 2009: 2)

Juridicamente, em sua maioria, os bancos comunitários são uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e em casos específicos podem também atuar enquanto "organizações de solidariedade", que de acordo com Ricardo Mendes Antas Jr. (2005) caracterizar-se-iam por serem organizações sociais como Organizações Não Governamentais (ONG) de ação internacional que regulariam o território juntamente com o Estado e corporações privadas.

Entendemos que é relevante descrever a criação e características do primeiro banco comunitário do Brasil, o Palmas, pois fazer isso é também contar e delimitar as principais características dos bancos comunitários do Brasil, pois ele foi o "espelho" de uma metodologia para uma política pública que se implementou em pontos específicos - *lugares* - do território brasileiro ainda no primeiro mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva, sendo chamados a partir de então, no ano de 2006, de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) pelos documentos oficiais (RBC, 2006).

Desde então passaram a ser criados bancos comunitários que se capilarizaram por diversos lugares do território brasileiro, contando atualmente com 104 bancos comunitários que se localizam em quatro das cinco regiões brasileiras, que são: Nordeste, Norte, Sudeste e Centro-Oeste.

Para que o Banco Palmas fosse criado e tenha o sucesso atribuído a ele hoje, é fundamental compreender que se estabeleceu entre os moradores do Conjunto Palmeiras, na periferia de Fortaleza-CE onde está o Palmas, condições favoráveis pautadas na cooperação e incremento das relações de vizinhança entre esses atores, que essencialmente lutavam por condições de moradia adequadas para que pudessem viver dignamente. Atores como a Igreja – através da Comunidade Eclesial de Base – e em seguida a formação de uma associação de moradores (ASMOCONP), possibilitaram a construção dessas relações. Posteriormente a este processo houve a fundação do

Banco Palmas, em 1998, dando início a uma rede de solidariedade entre produtores e consumidores locais através do uso de um cartão de crédito próprio, o *PalmCard*. A primeira doação, de R\$2.000,00 (dois mil reais), feita por uma Organização Não Governamental, o *Cearah* Periferia possibilitou o início das atividades do Banco (SILVA JÚNIOR, 2004: 35).

Logo depois dos primeiros contatos com a perspectiva da “economia solidária”, os gestores do Banco Palmas introduziram sua moeda própria para a circulação local (o *Palmas*), implementada no Conjunto Palmeira em 2002 através da "Metodologia de Fomento" (SILVA JÚNIOR, 2004: 55). O *Palmas* (P\$) se constituiu, portanto, como um projeto piloto desenvolvido pela Fundação holandesa Strohalm, e implementado pelo Instituto InStroDI. Fundada na experiência destas duas instituições globais, o *Palmas* foi instalado a partir do chamado “Método Bônus de Fomento”, ferramenta de desenvolvimento local, concebida especialmente para “ativar a economia em comunidades com falta de liquidez” (RAMADA, 2003: 5).

Mudanças na iconografia dos estabelecimentos que passaram a aceitar a moeda local Palmas (P\$) foram fundamentais<sup>4</sup> para que se estabelecesse entre os agentes locais (consumidores e receptores da moeda social circulante) uma relação de confiança. Estudos realizados por Silva Júnior (2004) – especificamente sobre o Banco Palmas (CE) – e Crocco & Menezes (2009) – sobre o Banco Bem em Vitória (ES) – analisam a importância crucial da confiança entre os agentes para que o banco comunitário dê certo.

Este contato "face-a-face" entre o tomador e o credor do empréstimo a partir das relações de vizinhança, que se dão no lugar, faz com que haja uma intensificação da proximidade entre esses agentes e assim "aumenta a confiança no sistema e diminui a ocorrência de inadimplência" (CROCCO & MENEZES, 2009: 387). Este sistema é bastante semelhante ao apontado por Muhammad Yunus na sua caracterização do *Grameen Bank* e também nos aproxima muito do conceito de "finanças de proximidade", onde a relação de confiança é construída com o objetivo de obter

---

<sup>4</sup> Tais como: a propaganda em rádios comunitárias do bairro, pintura externa dos estabelecimentos que aceitavam a moeda e também cartazes ilustrativos dentro de estabelecimentos comerciais, informando que este recebia Palmas (P\$) como forma de pagamento (SILVA JÚNIOR, 2004: 57).

informações que otimizem as decisões, como já apontavam Abramovay e Junqueira (2005).

Mesmo a moeda local sendo um instrumento financeiro de um banco comunitário, sabe-se que as moedas paralelas vêm sendo utilizadas em outras partes do mundo desde a década de 1980. A literatura internacional nos mostra que a chamada “moeda local/social” é denominada em inglês pela sigla *LETS*, que significa *Local Exchange and Trading Systems*. Este tipo de mecanismo monetário teria origem no Canadá em 1983, e dentre os trabalhos acadêmicos sobre o tema, esta é a abordagem que concentra a maior parte dos estudos identificados em nossa revisão bibliográfica. Existem ainda outras moedas alternativas, como o chamado *Time Dollars* (TD) nos Estados Unidos e os “Clubes de Trocas” (CT) criados na recessão Argentina da década de 1990. No caso brasileiro, surgem a partir da década de 1990 e podem se caracterizar como 'paramoedas', pois não concorrem com a moeda nacional, mas são um complemento a elas (CAMINHA & FIGUEIREDO, 2011). Estas moedas paralelas são mais comumente chamadas de Sistemas de Moeda Local (SML), que estão intrinsecamente vinculadas aos bancos comunitários (CROCCO & MENEZES, 2009).

Dentre as características da moeda local, uma delas é que são lastreadas em Reais (R\$), significa dizer que "um palma (P\$)" - moeda local do Banco Palmas - equivale a um real (R\$), por exemplo. Também são disponibilizadas pelos bancos comunitários sem juros, o que as difere das moedas de curso forçado “convencionais”. Isso possibilita que a moeda só “funcione” quando está em circulação, pois seu “entesouramento” não é remunerado. Neste sentido, a moeda local comportaria-se como uma *moeda produtiva*, conforme John Maynard Keynes ([1936] 1964). Esta característica da moeda local se mostra fundamental para que a metodologia dos bancos comunitários surta os efeitos de desenvolvimento local esperados.

De acordo com Crocco e Menezes (2009) o “circulante local” (ou moeda local) atua em um determinado limite territorial e não tem validade fora de sua restrita área de abrangência, o que a distingue da moeda nacional. Portanto, se há uma delimitação geográfica do uso da moeda local, cada banco comunitário tem sua própria moeda. Feita a apresentação sobre os fenômenos estudados, por mais que esses estejam dentro de uma teia de relações que os liga a atores de diversas escalas de análise, lembremo-nos que esses fixos e fluxos (bancos comunitários e moedas locais,



respectivamente) se dão no lugar e tem por finalidade combater a extrema pobreza. É no lugar que irá se estabelecer um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições, onde também há cooperação e conflito, que são a base da vida em comum. Cabe dizer que cada ator exerce uma ação própria e por isso a vida social se individualiza.

Ainda é fundamental delimitar que esta categoria de análise da Geografia, o *lugar*, tem sinonímia com o circuito inferior da economia urbana, pois é também a partir do meio construído e das relações de vizinhança que os agentes do circuito inferior encontram possibilidades de sobrevivência nas metrópoles dos países subdesenvolvidos. Isto posto, entendemos que a partir das categorias de análise *lugar*, *espaço geográfico* e do conceito *circuito inferior da economia urbana*, é que buscamos respostas em nossa pesquisa documental, entrevistas, questionários e trabalhos de campo, como veremos a seguir.

### **Os meandros da pesquisa: delimitando a prática acadêmica**

Tendo em vista a relativa escassez de fontes secundárias sobre nosso universo de análise estabelecido, é certo que os trabalhos de campo e a pesquisa documental realizada foram fundamentais em nossa investigação, quando combinados com nossa extensa revisão bibliográfica pautada no método geográfico.

Como nos aponta Durkheim ([1893] 1995, p.378) "ao lado dos resultados adquiridos há as esperanças, os hábitos, os instintos, as necessidades, os pressentimentos (...) Tudo isso ainda é ciência". Ainda que tenhamos consciência de nossas limitações pessoais, e das limitações dos próprios instrumentos de análise científicos, procuramos estabelecer uma interpretação ao mesmo tempo "próxima" e "distante" de nosso objeto de estudo. Visamos empreender a análise da sistematização dos dados obtidos com o objetivo de sugerir algumas respostas para nossos questionamentos, com a finalidade de entendermos como as variáveis do mundo contemporâneo se dão nos lugares.

Decerto, o lugar não pode ser explicado por ele próprio, e seu desvendamento deve levar em conta também a dimensão da formação socioespacial e do mundo no novo período. Sendo assim, o primeiro ponto se refere à dimensão nacional do fenômeno, e

procura identificar as determinações que derivam da ação do Estado para a difusão dos bancos comunitários e, concomitantemente a eles, as moedas locais no território. De início, buscou-se compreender como são feitos os projetos ligados aos bancos comunitários pelo Estado, que atua por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

É certo que a SENAES, criada em 2003, é autônoma em relação aos demais ministérios até o presente momento, contudo as políticas relacionadas à economia solidária foram também incorporadas em um âmbito maior, o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), que tem por finalidade superar a extrema pobreza em todo território brasileiro. O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é o responsável administrativo pela gestão do Plano Brasil Sem Miséria (doravante, PBSM) através da Secretaria Extraordinária para a Superação da Extrema Pobreza, contando também com outras instâncias como o Ministério da Casa Civil, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O PBSM prevê a formação e divulgação de redes de empreendimentos solidários, de atividades empreendedoras coletivas, micro e pequenas empresas e constituição de incubadoras para geração de ocupação e renda. Fica claro que há ligação entre o PBSM/MDS e SENAES/MTE de acordo com o último Edital do SENAES/MTE nº001/2013, intitulado "*Apoio e Fomento as Iniciativas de Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário*". Está explícito já no objetivo deste Edital três vertentes que enfatizam o caráter "solidário" da política; o Edital mostra ainda as finanças solidárias "como instrumentos na promoção do desenvolvimento territorial sustentável com superação da extrema pobreza, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, do Governo Federal" (Edital nº001/2013).

Como a SENAES é a responsável principal pelo monitoramento das informações, pelo apoio institucional e financiamento para a implementação dos bancos comunitários no território brasileiro, pareceu-nos profícuo fazermos uma análise mais circunstanciada de sua dinâmica e funcionamento em relação a estes Bancos. Para isso entrevistamos Diogo Jamra Tsukumo, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). De acordo com Tsukumo a Secretaria funciona como gestora das informações e das finanças, delegando a função de implementação e "montagem" dos

bancos comunitários às "entidades executoras". De acordo com a seleção feita pelos editais oficiais supracitados, a divisão do trabalho para a organização dos bancos comunitários no Brasil estaria assim definida: cada entidade executora se responsabiliza por uma Região do território brasileiro (perfazendo assim quatro "entidades executoras regionais" pois não há nenhum banco comunitário na Região Sul), sob a coordenação geral de uma "entidade executora nacional".

Portanto o Estado não é o único agente na promoção desta política pública, existe um elo entre Estado e entidades executoras que compõem um círculo de cooperação, responsável por emanar ordens, capitais e informações (fluxos imateriais) permitindo o funcionamento e a articulação entre os bancos comunitários dispersos geograficamente.

Através de nossa investigação inicial, estabelecemos contato com a entidade executora nacional selecionada no último Edital do ano de 2013, o Núcleo de Economia Solidária (NESOL) da Universidade de São Paulo, que havia sido no Edital de 2010, a entidade executora regional da Região Sudeste do país. Além do acesso aos relatórios produzidos pelos gestores dos quatro bancos comunitários paulistas, nossa situação geográfica pré-estabelecida, também foi cedido pelo NESOL relatórios de mais oito bancos comunitários da Região Sudeste, que contempla 23 dos 104 bancos do Brasil. Desses relatórios foram retiradas informações e dados relevantes dos bancos comunitários da Região Sudeste do país que foram sistematizados e analisados durante nossa pesquisa.

Por fim, o trabalho de campo nos quatro bancos comunitários de São Paulo, a saber: União Sampaio e Autogestão localizados na Zona Sul, o Banco Apuanã na Zona Norte e o Paulo Freire na Zona Leste da capital paulista serviu para buscarmos na prática aquilo que nossa extensa pesquisa bibliográfica e documental não nos trouxe. Assim sendo, nossos trabalhos de campo que foram sistematizados da seguinte forma: entrevista com os gestores de cada um dos bancos citados e a aplicação de dezesseis questionários nos estabelecimentos que aceitam as moedas locais nas comunidades onde estão localizados os bancos comunitários.

Nossas visitas foram realizadas ao longo do período do mestrado, sobretudo a aplicação dos questionários foram feitas entre os meses de janeiro, fevereiro e março de 2014. A seleção dos estabelecimentos foi realizada após as informações obtidas

pelos gestores dos bancos comunitários, que disponibilizaram o cadastro dos estabelecimentos que fazem uso da moeda local. Os estabelecimentos que se dispuseram a responder nosso questionário do Banco União Sampaio foram: Center Vai lá, Kel Cosméticos, Camila Lingerie, Casa de Carnes Silvestre, Maikell Temperos e Bazar Hiro. Do Banco Autogestão: Mercadinho Bom Sucesso e Frutaria do Tião. Do Banco Paulo Freire: Demas Carnes, New Millenium Padaria e Bar do Ceará. Do Banco Apuanã: Sheik e Max, Mercado Apuanã, Padaria Filhos da Terra, May Mar Brasil e Bar da Bel.

Foram priorizadas, tanto nas entrevistas quanto nos questionários, perguntas pautadas no nível de organização, técnica e capital desses estabelecimentos, para delimitar se esses atores participavam ou não do circuito inferior da economia urbana. Foi possível, a partir da sistematização dos dados, estabelecê-los enquanto agentes desse circuito. Também foi nossa preocupação delimitar a forma e o uso das moedas locais nesses estabelecimentos do circuito inferior da economia urbana, assim como o nível de confiança existente entre tomadores e credores. Os instrumentos para a obtenção de crédito também foram alvo de nossa pesquisa, pois tínhamos a intenção de provarmos se esses bancos se diferem ou não de bancos tradicionais, onde há necessidade de comprovação burocrática para obtenção de empréstimo.

Em consonância com este contexto, também realizamos entrevistas com os gestores da Organização Não Governamental (ONG) Obras Recreativas, Profissionais, Artísticas e Sociais (ORPAS), localizada na Zona Sul de São Paulo que também faz uso de moeda local, todavia é uma organização que se mostrou na pesquisa como um “contraponto” em relação aos objetos técnicos normatizados, que são os demais bancos comunitários supracitados. A ORPAS foi fruto de nossos trabalhos de campo, onde acabamos conhecendo o trabalho desta ONG que não é um banco comunitário institucionalizado, contudo é um agente criador de horizontalidades, de acordo com nosso trabalho de campo e sistematização de dados sobre a referida ONG.

### **Considerações Finais**

Durante este relato de pesquisa foi nossa intenção descrever os subsídios que nos permitiram realizar uma pesquisa acadêmica na área da Geografia, de um fenômeno ainda não estudado por esta ciência até o presente momento.

Para que uma pesquisa acadêmica seja feita de forma sistemática é necessário um tripé composto de revisão bibliográfica, pesquisa documental e trabalho de campo. Uma extensa revisão bibliográfica sobre o tema a ser estudado deve ser feito, incluindo outras áreas do conhecimento além da Geografia. Para esta pesquisa, além dos autores clássicos e contemporâneos de nossa ciência, encontramos aporte na Economia e na Sociologia, principalmente, conforme descrevemos neste relato de pesquisa.

Já pesquisa documental deve ser realizada nos principais órgãos que disponibilizam dados referentes ao tema proposto. Na investigação apresentada neste relato de pesquisa, obtivemos informações de dados: no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); na Secretaria de Economia Solidária (SENAES), no Banco Central (Bacen); na Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN); no Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) entre outros.

Por fim, o trabalho de campo possibilita compreendermos empiricamente o objeto a ser estudado. Na nossa pesquisa ele foi fundamental para elaborarmos dados sobre o circuito inferior da economia urbana, que inexiste em órgãos públicos. Sendo assim, os questionários foram formulados e aplicados nos trabalhos de campo formulados a luz da Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana ([1975] 1979). Foi também possível compreendermos de forma sistematizada o funcionamento das moedas locais nos bairros onde se localizam os bancos comunitários paulistas, uma das nossas conclusões em nossa pesquisa foi entender que essas moedas locais são um novo nexo financeiro do circuito inferior da economia urbana.

Certamente há ainda muitos caminhos a serem trilhados na academia sobre estes fenômenos, principalmente pela Geografia, visto que é também função do geógrafo encontrar as variáveis que determinam o funcionamento concreto dos lugares. Sem dúvida isso não se mostra como uma fácil tarefa, porém é obrigação daqueles que veem a Geografia como um mecanismo político de transformação de nosso país, e por que não do mundo?

## Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. e JUNQUEIRA, R.G.P. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*. São Paulo. n. 1, p. 19- 34, jan./fev./mar. 2005.
- ANTAS Jr., Ricardo Mendes. *Território e regulação – espaço geográfico: fonte material e não-formal do direito*. São Paulo: Humanitas, 2005.
- BRAZ, Juliana de Oliveira Barros. *Os dilemas de se estar no fio da navalha: A experiência do Banco Palmas e suas práticas cotidianas*. São Paulo, 2014, 194f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- CAMINHA, U. e FIGUEIREDO, M. Atividade Financeira e Moeda: Análise da Experiência do Conjunto Palmeiras em Fortaleza-CE. *Revista de Direito GV*, São Paulo, p.99-130, jan.-jun. 2011.
- CROCCO, Marco; MENEZES, Melissa Silva. *Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES*. Publicado em: *Economia e Sociedade*, Campinas, v.18, n.2 (36), p. 371-398, ago. 2009.
- DURKHEIM, E. *Da Divisão do Trabalho Social*, Martins Fontes, São Paulo, [1893] 1995.
- EDITAL do SENAES/MTE nº001/2013 "Apoio e Fomento as Iniciativas de Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário". Acessado em: [\[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3DCADFC3013F15CEE03F4146/Chama\\_da%20P%C3%BAblica%20001-2013%20-%20Finan%C3%A7as%20Solid%C3%A1rias%2024%2005%2013.pdf\]](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3DCADFC3013F15CEE03F4146/Chama_da%20P%C3%BAblica%20001-2013%20-%20Finan%C3%A7as%20Solid%C3%A1rias%2024%2005%2013.pdf) 03/04/2014.
- EDITAL SENAES/MTE nº03/2010 "Ação de Fomento às Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários" acessado em: [\[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BD96D6A012BE3955A726F3E/chp\\_SE\\_NAES\\_03\\_2010\\_complementar.pdf\]](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BD96D6A012BE3955A726F3E/chp_SE_NAES_03_2010_complementar.pdf) 03/04/2014
- KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, [1936] 1964.
- PAULA, Carolina Gabriel de. *Do Território ao lugar: bancos comunitários, moedas locais e o circuito inferior da economia urbana em São Paulo-SP*, 2015, 279f. Dissertação
- Carolina Gabriel de Paula, *Bancos comunitários e moedas locais: uma definição geográfica*.

(Mestrado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

RAMADA, C. *Manual Bônus de Fomento*, uma ferramenta inovadora para ativar a economia local. Instituto Strohalm de Desenvolvimento Integral, Porto Alegre, 2003.

RBC – REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS. *Banco Comunitário: serviços financeiros solidários em rede*. Fortaleza: Instituto Palmas, jan. 2006.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, [1996] 2008, 4ª edição.

\_\_\_\_\_. *O Espaço Dividido*. São Paulo: Edusp, [1975] 2008, 2ª edição.

\_\_\_\_\_. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional*. São Paulo, Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. O lugar: encontrando o futuro. RUA, vol. 4, nº1, 1996.

SEGUNDO, J.J.N.M. *Banco Palmas...um caminho*. Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro. Ano 3, nº29, abril de 2008.

\_\_\_\_\_. *Bancos Comunitários*. Le monde Diplomatique, 2009

SEGUNDO, J.J.N.M & MAGALHÃES *Bancos Comunitários*, Boletim Mercado de Trabalho, Ipea, v.41, novembro de 2009.

SILVA JÚNIOR, J.T. *Gestão, Fato Associativo e Economia Solidária: A experiência da ASMOCOP/Banco Palmas*, Salvador, 2004, 93f. Dissertação (Mestrado em Administração), Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma Situação Geográfica: Do Método à Metodologia. *Revista Território*, n. 6, p. 21- 28, 1999.

\_\_\_\_\_. Globalización y circuitos de la economía urbana em ciudades brasileñas. *Cuadernos del CENDES*, Caracas, v. 3, n. 57, pp. 1-21, 2004.

\_\_\_\_\_. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. *Geosp*, v. 19, p. 81-91, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel Semi-peripheral countries and the contemporary world crisis. *Theory and Society*, Vol. 3, nº 4, 1976.